

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015

1

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015	Emendas do Senado
		Emenda nº 1 – CDH Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015, a seguinte redação:
	Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas ou particulares e dá outras providências.	“Altera as Leis 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), para dispor sobre educação inclusiva e sobre a notificação compulsória de dúvidas de violações de direitos das crianças e adolescentes com deficiência”
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
		Emenda nº 2 – CDH Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015, a seguinte redação:
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência e dá outras providências.	“Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§1º, 2º e 3º:
Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:		“Art. 4º.
.....	
	Art. 2º As escolas públicas, estaduais e municipais, ou particulares deverão matricular alunos com deficiência, independentemente da condição física, sensorial ou intelectual que apresentem, sem cobrança de taxa extra aos pais.	§1º As escolas públicas, estaduais e municipais, ou particulares deverão matricular alunos com deficiência, independentemente da condição física, sensorial ou intelectual que apresentem, sem cobrança de taxa extra aos pais.
	Parágrafo único. O aluno cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.	§2º O aluno cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.
		§3º De forma a assegurar o disposto no §1º, as instituições deverão elaborar uma planilha com os custos da manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como do financiamento de serviços e recursos da



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015

2

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015	Emendas do Senado
		educação especial do aluno com deficiência.” (NR)
		Emenda nº 3 – CDH Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015, a seguinte redação:
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996		“ Art. 2º O art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:		“ Art. 12.
.....	
	Art. 4º As escolas devem garantir no seu projeto político e pedagógico a educação inclusiva, especificando em sua proposta flexibilização curricular, metodologias de ensino, recursos didáticos e processos avaliativos diferenciados para atender as necessidades específicas dos alunos, promovendo as adaptações necessárias.	Parágrafo único. As escolas devem garantir no seu projeto político-pedagógico a educação inclusiva, promovendo as adaptações necessárias para atender às necessidades específicas dos alunos e especificando em sua proposta a flexibilização curricular, as metodologias de ensino, os recursos didáticos e os processos avaliativos diferenciados.” (NR)
		Emenda nº 5 – CE Suprimam-se os arts. 4º e 5º do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015, renumerando-se o art. 6º para art. 4º.
		Emenda nº 4 – CDH Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015, a seguinte redação:
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Art. 3º As instituições deverão ainda elaborar uma planilha com os custos da manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como o financiamento de serviços e recursos da educação especial, de forma a assegurar que nenhuma taxa extra seja cobrada dos pais dos alunos com deficiência.	“ Art. 3º O art. 56 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os		“ Art. 56.



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015

3

Legislação	Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015	Emendas do Senado
casos de:		
.....	
	Art. 5º Os estabelecimentos de ensino, em caso de dúvidas referentes à violação de direitos das crianças e dos adolescentes com deficiência, devem encaminhar os casos ao Conselho Tutelar, ao Conselho de Educação competente ou ao Ministério Público.	Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino devem encaminhar as dúvidas referentes à violação de direitos das crianças e adolescentes com deficiência ao Conselho Tutelar, ao Conselho de Educação competente ou ao Ministério Público.” (NR)
		Emenda nº 5 – CE Suprimam-se os arts. 4º e 5º do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2015, renumerando-se o art. 6º para art. 4º.
	Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.	

